

POR UMA ARQUEOLOGIA DA ARQUIVÍSTICA: ELEMENTOS HISTÓRICOS DE SUA CONSTITUIÇÃO*

Thiago Henrique Bragato Barros**

RESUMO

A Arquivística, assim como a Ciência da Informação e outras áreas das ciências sociais, passou por mudanças profundas nos últimos 40 anos. A Arquivística, tecnicamente tem se estruturado desde o fim do século XIX, e que a rearranjaram na década de 1950, foram fundamentais para o atual estágio da área. Busca-se com este artigo descrever elementos históricos do percurso da Arquivística, a fim de demarcar aspectos discursivo-conceituais da área que a constituem enquanto campo de atuação acadêmica e profissional. Aborda-se aspectos da Arquivística por meio da análise, discursiva-histórica. Discute-se a respeito da ampliação e da multiplicidade mais recente da teoria arquivística, calcando-se majoritariamente no universo brasileiro, representando um território mais recente de desenvolvimento teórico e profissional e o universo canadense, representando um território de discussão teórica e aplicação prática dessas políticas pós-1980, mais consolidado. Enquanto aporte metodológico utiliza-se da análise do discurso, o conceito de formação discursiva, apropriado pela área da obra de Michel Foucault, buscando construir uma análise arqueológica da Arquivística. Assim, compreendendo a arquivística enquanto uma instância significativa e passível desta análise busca-se no seu passado compreender o atual momento de transição no qual ela se encontra.

Palavras-chave: Análise do Discurso. História Arquivística. Epistemologia.

* Trabalho – modalidade Comunicação Oral – do Eixo Temático “Epistemologia da Arquivologia e formação profissional” apresentado em 21 de outubro de 2014 no VI Congresso Nacional de Arquivologia.

** Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA). Diretor da Faculdade de Arquivologia da UFPA. *E-mail:* thiagobarros@ufpa.br

1 INTRODUÇÃO

Ampliação e revisão teórica da Arquivística que corre na atualidade teórico-prática da área sinaliza uma profunda mudança no universo de atuação do arquivista, na medida em que as instituições modificaram a maneira como produzem e organizam seus documentos em um universo administrativo de uso massivo e irreversível de tecnologias multimídia. Apresentando-se como um dos maiores desafios para os arquivistas e a Arquivística do presente e do futuro.

Portanto, a disciplina tem buscado respostas para resolver os problemas do presente nos sistemas de gestão de documentos, pensando nos documentos que devem ser preservados para o futuro.

É necessário destacar também, que a construção e percurso da Arquivística enquanto teoria e prática estiveram, desde seu início, inegavelmente em maior ou menor grau atrelados à construção da historiografia. Uma vez que os documentos custodiados pelas instituições arquivísticas como um todo serviram e servem como uma das fontes para a construção do passado no presente e, para *como* os historiadores escreveram história, refletindo na organização dos arquivos e na construção de sua teoria. Portanto, um primeiro estágio

de seu desenvolvimento teórico irá permanecer maior ou menor, dependendo da realidade social e histórica do país em questão.

A partir da década de 1950, outras áreas irão se aproximar dos arquivos e dos arquivistas; as mudanças tecnológicas e sociais ocorridas no mundo pós-segunda Guerra Mundial, irão influenciar na aproximação entre a administração e a arquivística, como pode ser notado nas obras de W. K. Lamb no Canadá, Theodore R. Shellenberg nos Estados Unidos, Peter Scott, na Austrália, e Robert-Henri Bautier na França.

Estes autores buscarão ampliar maneiras de encarar antigas práticas, como é o caso de Bautier em relação à Diplomática, ou apresentar novas maneiras de organização e compreensão dos arquivos, como é o caso da obra de Peter Scott e o *series system*. E também, estabelecer políticas e princípios relacionados à avaliação e gestão, como é o caso de W. K. Lamb e Theodore R. Shellenberg.

Relacionando-as com a administração, com o surgimento da avaliação e a gestão documental, mais tarde a informática e reprografia, com uso de mainframes e o aparecimento de departamentos de processamento de dados. Ainda o uso mais recorrente de microfilmagem, e por fim os

microcomputadores e seu uso massivo no ambiente administrativo.

Existindo a partir da década de 1960 uma aproximação em maior ou menor grau, dependendo da realidade de cada país, entre os bibliotecários, arquivistas e curadores de museus.

Nesta breve descrição do percurso da arquivística, é possível dizer que os arquivos e a Arquivística estão, portanto, relacionados a uma gama institucional muito maior do que aquela tradicionalmente estabelecida e difundida nos manuais e dicionários técnicos da área.

Na medida em que a relação entre os arquivos e a sociedade vai tornando-se mais complexa, os arquivistas buscam de algum modo estabelecer subsídios para atender a essa necessidade.

Assim, quando estamos falando de buscar compreender a prática e teoria Arquivística, por um viés discursivo, buscamos descrever e ilustrar essas relações nem sempre tão claras, entre os arquivos, a história, a administração, a informática e a ciência da informação e também, as relações que se estabelecem entre os arquivistas, bibliotecários, gestores, sistemas de informação. Ou seja, uma busca pela verdade interna da própria área, tendo em vista que existe na arquivística uma "versão da verdade". (STRATHERN, 2000, p.3)

Dentro da pluralidade teórica da Arquivística atual, destacam-se os estudos de autores que buscam uma reaproximação da Arquivística, dos métodos de compreensão e estudo próprios da história e das ciências humanas por meio de autores como Terry Cook, Hugh Taylor, Brien Brothman e Tom Nesmith, refletindo sobre aspectos até então pouco explorados no universo teórico da área ou, reorganizando princípios.

Pode-se citar também, autores que buscaram estabelecer um estrato científico às atividades arquivísticas, como David Bearman, Chris Hurley e Verne Harris, destacados como figuras importantes desta iniciativa.

Destacam-se também, os esforços de redefinição e reorganização de princípios tradicionais da área como por exemplo, autores que buscam circunscrever o campo de atuação da disciplina, como Carol Couture e Jean-Yves Rousseau, dentre outros.

Assim, a arquivística e os arquivos são na atualidade uma área e uma instituição que estabelece uma série de justaposições práticas e teóricas. Atravessados transversalmente por relações científico-profissionais, que refletiram e reinteraram em maior ou menor grau no desenvolvimento de métodos, políticas e técnicas relacionadas à aquisição, organização, sele-

ção, difusão e acesso aos documentos arquivísticos.

Busca-se abordar neste artigo aspectos histórico-conceituais da arquivística por meio da análise, ora histórica, ora discursiva de teóricos da arquivística, baseando-se nos preceitos da análise arqueológica de Foucault.

Em um primeiro momento, estuda-se autores responsáveis pela enunciação da teoria arquivística, como o caso das obras de Muller, Feith, e Fruin, *Manual de Arranjo de Descrição de Arquivos (Handleiding vor het ordenen em bescheijven van archieven)*; *A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making* de Sir Hillary Jenkinson; e de Theodore R. Schellenberg *Modern Archives: Principles and Techniques*.

Como parte de um segundo momento, discute-se a respeito da ampliação e da multiplicidade mais recente da teoria arquivística, não mais calcada em grandes manuais que buscam cobrir o assunto da teoria de tratamento de arquivos de maneira totalizante, mas de uma ótica da especialização dos arquivistas e de sua teoria, que ocorre/ocorreu nos últimos 30 anos.

Para fins metodológicos, calca-se principalmente no universo brasileiro, representando um território mais recente de desenvolvimento teórico e profissional e o

universo canadense, representando um território de discussão teórica e aplicação prática dessas políticas pós-1980 mais consolidado.

Este artigo é parte do estudo de doutorado intitulado *A disciplina e a prática arquivística: uma análise do discurso acadêmico e profissional* realizado no âmbito do programa de pós-graduação da Universidade Estadual Paulista, nos últimos três anos e encontra-se em estágio de avançado desenvolvimento, apresentando parte de seus resultados, especialmente no caso brasileiro e canadense.

A relevância do tema e abordagem inovadora justifica os resultados ora apresentados, uma vez que, trata-se de uma pesquisa de revisão teórica que visa constituir e sistematizar o percurso histórico da arquivística tema pouco explorado especialmente em língua portuguesa.

2 ANÁLISE DO DISCURSO: ELEMENTOS HISTÓRICO-CONCEITUAIS

A AD vem modificar a visão estruturante de linguística, visando à compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrada apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível também situado fora do estritamente linguístico. Por meio da AD, pode-se chegar à conclu-

são de que nenhum estudo da linguagem pode deixar de levar em conta aspectos da sociedade que a produz, uma vez que os processos que constituem a linguagem são histórico-sociais.

A linguística, a partir dos anos 60, preocupava-se com a análise de um objeto além da frase, ou seja, começava-se a exigir a abordagem da articulação entre o material linguístico e seu exterior, Porém, o momento inicial da AD não é menos importante do que o “último estágio” dessa disciplina, pelo contrário, é o solo sobre o qual se detém para enxergar a construção do edifício teórico.

Trabalha-se a Arquivística sob a perspectiva foucaultiana de AD, na medida em que, Foucault busca enunciar que a ciência da História, e as ciências humanas de modo geral, possuem desequilíbrios e inversões regulados pelos sujeitos conscientes, atuantes nas produções textuais e orais, mas também, regulados pela ideologia e pelo poder, ou seja, o sentido oculto presente naquele espaço discursivo que ele analisa.

São iniciadas, a partir das considerações de Pêcheux a respeito de Foucault, algumas reformulações da teoria da AAD (Análise Automática Discurso), especialmente com a formulação de Pêcheux da noção de *formação discursiva*.

Porém, a contribuição Foucaultiana para a AD é mais periférica, pois, em Foucault, o objeto de estudo é a *ciência* e sua *discursividade*; e, em Pêcheux, a AD faz parte de um projeto epistemológico completo, encarada como uma ruptura com os preceitos linguísticos clássicos.

Ao final da década de 1960, o estruturalismo, anteriormente calcado na linguística, sociologia e antropologia, aproxima-se, em Foucault, da História. *L'Archeologie du Savoir* vem sanar um problema que, muitas vezes, pode ser percebido nas obras anteriores de Foucault: a ausência de um quadro metodológico explicitado, que vem a ser o objeto de reflexão desta obra. No núcleo desse quadro, instaura-se a linha de pensamento Foucaultiana de análise do discurso, responsável pela formulação de uma série de conceitos fundamentais para a estruturação metodológica da disciplina, emprestada à AD por Pêcheux a partir de 1975.

Na obra, Foucault aproxima a esfera discursiva tradicional, presente no método estruturalista, do ideário baseado no marxismo, presente nos seguidores de Althusser. Contudo, é iniciado um deslocamento, com a formulação de conceitos como a *prática discursiva*, *formação discursiva* e *formação ideológica*. Para Pêcheux, neste momento, o sujeito do discurso sempre está relacionado entre a posi-

ção sujeito da ideologia/sujeito da linguagem, mas o campo de análise é reconfigurado.

Em *L'Archeologie du Savoir*, Foucault utiliza este método para compreender a “História da História”, visando a sua desconstrução. O método que ele utiliza para efetuar tal desconstrução é sua contribuição para a análise do discurso.

Em nenhum caso quis Foucault arvorar-se em defensor de uma positividade qualquer da ciência histórica, por mais nova que fosse. O que lhe interessa é abrir as estruturas para as discontinuidades temporais, para os desequilíbrios e inversões que regulam os deslocamentos de um jogo incessante de práticas discursivas (DOSSE, 1994, p.270).

Assim, compreendendo a arquivística como uma instância significativa e passível desta análise, busca-se no seu passado compreender o atual momento de transição no qual ela se encontra, estabelecendo essa relação arqueológica.

A AD, assim como tantas outras disciplinas desenvolvidas durante o século XX foi/é uma disciplina permeada por outros campos de conhecimento, no caso, fundamentalmente as Ciências Sociais e a Linguística.

A este respeito, Malidier (1994, p.19) faz a seguinte avaliação:

(...) A análise do discurso é pensada como ruptura epistemológica com a ideologia que domina nas ciências humanas (especialmente a psicologia). O objeto do discurso, que reformula a fala saussuriana na relação com a língua, implica, de acordo com a fórmula althusseriana, uma mudança de terreno. (...) o objeto teórico articula a questão do discurso àquelas do sujeito e da ideologia. A análise (do discurso) só pode ser pensada em relação a uma teoria (do discurso).

O texto fundamental, *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas* – publicado na revista *Langages* 37 –, é o resultado de todo o processo de uso da AAD-69 e atualiza e reestrutura o quadro epistemológico geral, na articulação entre o materialismo histórico, a linguística e a teoria discursiva.

Pêcheux e Fuchs (1997, p.163) fazem a seguinte ponderação a respeito dos primeiros momentos da AAD:

Nestes últimos anos, a “análise automática do discurso” (...) produziu um certo número de publicações, tanto no nível teórico quanto no das aplicações experimentais. Parece-nos que as observações, interpretações, críticas ou mesmo deformações suscitadas nestes dois níveis precisam de uma reformulação de conjunto visando a eliminar certas ambiguidades, retificar certos erros, constatar certas dificuldades não-resolvidas e, ao mesmo tempo, indicar as bases para uma nova formulação da questão.

Portanto, esse é o momento das reconsiderações a respeito dos primeiros sete anos da AD, e os autores buscam retificar e renovar algumas abordagens da AD. A

noção de formação discursiva acaba por fazer exatamente isso: *deslocar* a compreensão da máquina produtora de discursos, desconstruindo-a, uma vez que a *Formação Discursiva*¹, em uma relação paradoxal com seu exterior, mais tarde levará a noção de *interdiscurso* e *memória discursiva* importante no atual estágio da AD. Desencadeia-se, assim, a aproximação da AD com a História, atingindo então o seu status consagrado como disciplina de entremeio em uma interseção entre a linguística, a História e a sociologia.

“Diferentemente do intervalo, a ideia de entremeio refere a espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias” (ORLANDI, p.1, 2002).

Os próprios autores enumeram os entremeios da Análise do discurso:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psica-

¹ (...) determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX; FUCHS, 1997e, p. 166-167).

nalítica) (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 163-164).

Baseando-se nesta acepção, é possível perceber o que os autores chamam de quadro epistemológico geral da AD, que lhes dá um status disciplinar mais claro do que aquele presente na ADD-69.

A ideologia, o materialismo histórico e a linguística já estavam presentes na AAD-69. Agora os autores estabelecem a teoria do discurso como uma instância própria desta disciplina de entremeio, cabendo ao analista identificar as relações histórico-ideológicas do discurso. A luta de classes ainda é fundamental para uma análise discursiva, contudo, o *efeito de sentido* – a relação entre a ideologia e a língua – começa a ser conceituado.

(...) a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequência tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a “matriz do sentido”. Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique este efeito (PÊCHEUX; FUCHS, 1997e, p. 169).

Em Foucault, a formação discursiva será parte de seu projeto arqueológico de construir um método que “procura compreender o funcionamento dos discursos que constituem as ciências humanas” (BARONAS, 2011, p.92), compreendendo-os

não como conjunto de signos e elementos dentro de um sistema e de uma estrutura como os estruturalistas trabalhavam, “mas como um conjunto de práticas discursivas que instauram os objetos sobre os quais enunciam circunscrevem os conceitos, legitimam os sujeitos enunciadore” (op. cit, 2011, p.92)..

Nesse sentido, a Arquivística filia-se a determinadas formações discursivas atravessadas por relações político-ideológicas. Enquanto formação, pode-se dizer que os arquivos são filiados ao estado democrático, à História, à identidade, a um conjunto amplo de instituições e costumes que legitimam e fundamentam seu aparecimento.

Essa relação é bem marcada pela própria construção das ciências humanas e sociais, das quais, a Arquivística não escapa. É possível dizer, baseando-se em Baronas (2011) e Foucault (1997), que processos discursivos, os quais perpassam os conceitos e objetos da Arquivística, possuem em sua discursividade uma liberdade condicionada, por terem passado pela regulação própria da atividade “política” do discurso das ciências, que legitima cada um dos discursos efetivamente ditos, determinado como e o que pode ser dito por um sujeito (compreendido com uma posição), com um método aceito, sendo inserido na verdade de uma época.

Dito isso, fica fácil compreender por que, em determinados pontos de “conflito”, a área toma rumos em um sentido e não em outro, por que, em determinado contexto, pode-se dizer que a “prova documental” é a “santidade” do documento de arquivo, enquanto, em outro momento, isso não é aceito como uma verdade para a teoria dos arquivos.

Assim, por esses motivos, compreendemos que as formações discursivas das quais a Arquivística faz parte são fruto de e inserem-se em um movimento exterior a elas, mas não o contexto situacional, e sim as condições de produção do discurso, que são permitidas e determinadas posições e rumos disciplinares.

Segundo Guespin (1971) (Apud CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p.196, grifo nosso):

O enunciado é a sucessão de frases emitidas entre dois bancos semânticos, duas pausas da comunicação; o discurso é o enunciado considerado do ponto de vista do mecanismo discursivo que o condiciona. Assim, olhar um texto sob a perspectiva de sua estruturação “em língua” permite tomá-lo como um enunciado; **um estudo linguístico das condições de produção desse texto possibilita considerá-lo um discurso.**

A relação simbólica que se estabelece entre o discurso e o enunciado é que permite a análise, à medida que é por meio do enunciado que se constrói a análise,

possibilitando assim, a construção de um *corpus*, visando descrever o conjunto de relações entre os enunciados e formações discursivas.

O método de análise é complexo, pois todos os textos irão remeter a uma pluralidade de formações discursivas. Contudo, conforme nos aproximamos do *corpus*, começamos a reconhecer alguns padrões de institucionalização discursiva e ideológica e seu papel enquanto instância significativa na atualidade.

3 A ARQUIVÍSTICA ENQUANTO UMA TÉCNICA DOS ARQUIVOS

A Arquivística enquanto prática profissional moderna irá desenvolver-se a partir da Revolução Francesa, fazendo parte de uma mudança profunda na sociedade ocidental, visto que o antigo regime colonial e monárquico foi sendo substituído, a partir do aparecimento de movimentos que buscavam autonomia.

Podem-se citar como exemplos, a Independência dos Estados Unidos (1776-83), Irlanda (1782-84), Bélgica (1787-90) e Holanda (1783-87)².

Nesse sentido, a Revolução Francesa, foi momento marcante na mudança da estrutura social no mundo ocidental, pois provocou alterações em toda a estrutura

social do ocidente e, dentre os efeitos da revolução, relacionados à autonomia e à construção da democracia moderna, está o estabelecimento do acesso dos cidadãos aos documentos públicos, neste primeiro momento, relacionado aos documentos do antigo regime e medievais.

“A Revolução Francesa é, assim, a revolução de seu tempo e não apenas uma revolução, embora a mais proeminente de sua espécie” (HOBSBAWN, 2008, p.13)

Evidentemente que existiram antecedentes à Revolução Francesa e o estabelecimento dos Arquivos Nacionais, mas a partir desta ação que se instaura os arquivos como um espaço público, iniciando o desenvolvimento de métodos para a organização e acesso a esses documentos.

Algo que fica claro no percurso da Arquivística e dos arquivos é que, a difusão e usos pressupõem um estado democrático, que possibilitam o acesso e uso de seus documentos públicos.

A prática Arquivística e a própria teoria dos arquivos têm seu ponto alto no fim do século XIX, com a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses. Esse manual instaura a formação discursiva da arquivística, no sentido de existir uma confluência de enunciados postulados anteriormente, sintetizados nessa publicação.

Sua importância é consenso na área já que foi o primeiro, atingindo arquivistas

² Segundo Hobsbawn, E. J. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008

ao redor do mundo. Como apontam Ketelaar, Horsman & Thomassen (2003, p. 249, tradução nossa), em seu artigo publicado devido ao centenário do manual holandês, “O *manual de arranjo de descrição de arquivos* (1898) é geralmente referenciado como o ponto inicial da teoria Arquivística e de sua metodologia”.

Essa citação reforça a importância dada a essa obra pela comunidade arquivística internacional, apesar de ser uma das bases da Arquivística, existiu por trás de sua publicação o desenvolvimento de uma política de organização e acesso aos documentos arquivísticos.

Segundo Ketelaar Horsman & Thomassen (2003, p.249, tradução nossa) “Durante o século XVIII, a administração holandesa começou a considerar os arquivos como uma fonte de conhecimento da história de suas cidades e dos atos heroicos de seus antepassados”.

Segundo os autores, isso se deve às mudanças que aconteceram nos países baixos no fim do século XVIII, porque a República dos Países Baixos foi substituída pela República do Báltico, fazendo com que os arquivos do antigo regime perdessem sua função administrativa e, devido ao desenvolvimento na Europa do positivismo histórico de Leopold von Ranke, fossem considerados documentos históricos, cabendo aos arquivistas-historiadores reunir

e organizar a documentação do antigo regime.

A arquivística irá influenciar-se profundamente desta visão durante o século XIX, até a publicação do livro que irá consolidá-la, o manual holandês de Muller, Feith e Fruin. “Os usuários predominantes dos arquivos no período da consolidação [séc. XIX] eram os historiadores moldados de Ranke que viam a escrita da história como o que ‘tinha acontecido’” (RAIDER, 2009, p.145, tradução nossa)

Taylor (1984, p.26, tradução nossa) ironiza: “o modelo de Ranke como um protótipo, minando as ricas veias da prova documental e encontrar uma das mais incríveis indústrias pesadas saindo da idade do vapor”.

No início do século XIX, começou-se a aplicar métodos da diplomática para o arranjo e descrição nos arquivos medievais, servindo de subsídios para traçar o percurso histórico de formação das nações europeias.

Num momento posterior, na segunda metade do século XIX, é perceptível a aproximação dos arquivistas-historiadores holandeses com as ideias já mais modernas da *École des Chartes*.

Terry Cook (1997, p. 21, tradução nossa), em trabalho sobre os fundamentos históricos da Arquivística, faz a seguinte acepção a respeito do livro holandês:

Muller, Feith, e Fruin produziram seu manual para a associação de Arquivistas Holandeses em cooperação com o Arquivo Nacional e o Ministério do Interior. Cada uma das cem regras no manual foi formalmente discutida pela sociedade durante os anos de 1890. Típico dos trabalhos feitos por comitês, é escrito com muito cuidado e com uma série de exemplos. Mesmo em relação às regras é perceptível esse aprofundamento. O manual também reflete as ideias de Muller tomadas da teoria Francesa, devido aos seus estudos na *École des Chartes* e do conceito alemão de proveniência, utilizado em uma série de arquivos da Holanda.

Esta obra pode ser considerada não só um marco para a disciplina, em sentido estrito, mas como o engenho de uma nova formação discursiva, no sentido de instaurar premissas básicas para a classificação/arranjo e a descrição em arquivos, reunindo em sua discussão boa parte dos enunciados promulgados na área até então.

Décadas mais tarde, outro autor irá marcar o campo teórico dos arquivos e da arquivística. Hilary Jenkinson irá publicar outro "manual" que irá apoiar-se principalmente no manual holandês no que diz respeito à descrição e arranjos dos arquivos e em sua própria experiência frente ao *Public Record Office*.

Jenkinson iniciou seus estudos a partir do trabalho desenvolvido com os medievais no arquivo inglês, estudando

paleografia e diplomática³, este dado irá influenciá-lo durante toda a sua carreira profissional.

Pode-se considerar Jenkinson o grande naturalista da Arquivística. É possível encontrar, ao longo de sua obra, uma série de enunciados nesse sentido, como exemplo, em uma biografia do autor (DAVIS apud COOK, p. 1997 p.23, tradução nossa):

A carreira Arquivística é um serviço. Ele existe para manter a ordem e tornar o trabalho de outras pessoas possível... Seu credo, a santidade da prova, sua tarefa, a conservação de pedaços de Prova unidos aos documentos sob sua guarda; ele tem o objetivo de fornecer, sem prejuízo ou reflexão tardia, para todos aqueles que desejam conhecer os caminhos do conhecimento... O bom arquivista é talvez o mais altruísta devoto a Verdade que o mundo moderno produz.

A partir dessa citação é possível compreender a visão bastante positiva que o autor possuía dos arquivos e dos arquivistas. Os arquivos são objetivos, neutros, invisíveis e passivos; o arquivista é compreendido como um guardião dos documentos; o documento arquivístico é entendido como um resíduo natural da atividade administrativa, imbuído com uma única Verdade, que cabe ao historiador e ao ar-

³ Ver em Staplerton, R. Jenkinson and Schellenberg: Comparison, *Archivaria*. N.17, fall 1983 p 65-85.

quivista-historiador entendê-la. O arquivista não é responsável pela seleção dos documentos e não interfere conscientemente na documentação que guarda e organiza.

O olhar do autor, apesar de participar dos momentos que modificaram profundamente a sociedade moderna, volta-se claramente para a visão já cristalizada, dos arquivos e dos arquivistas do século XIX e utiliza o trabalho desenvolvido nos Países Baixos como base para elaboração do seu livro.

Complementando essa visão, é possível encontrar textos já no fim de sua carreira, em 1947, com a mesma perspectiva. (JENKINSON, 1980, p.238, tradução nossa). “Eles [os arquivos] vieram juntos e alcançaram seu arranjo final, por um processo natural: é um crescimento, como de um organismo ou como de uma árvore ou de um animal”.

Jenkinson acreditava ainda, que os arquivos eram antes de tudo naturais, e que a palavra “coleção” deveria ser abolida dos vocabulários arquivísticos.

Continua: “Um documento avulso de um fundo de arquivo não teria, por si só, maior expressão do que teria um único osso separado do esqueleto de um animal extinto e desconhecido”. No mesmo texto, vai ainda mais longe, sugerindo que os arquivistas também estão entre os animais.

A santidade da prova e verdade do documento arquivístico, como o próprio autor coloca ao longo de sua obra, colocam o arquivista em uma posição bastante cômoda, não possibilitando, nas grandes massas de arquivos modernos, o exercício da avaliação e da construção de uma visão mais crítica e menos passiva aos arquivistas-historiadores do início do século XX.

Porém, a "santidade da prova" encarando-a como uma posição enunciativa remetendo ao discurso da arquivística, nos diz que, a disciplina está endossando o positivismo histórico e aplicando-o profissionalmente nos arquivos, levando a sérios desdobramentos teóricos, enquanto a proveniência é entendida a partir de uma única perspectiva, a do órgão criador e do seu sistema de arquivamento, limitando as possíveis narrativas e visões dos usuários diretos e indiretos destes arquivos.

A partir da década de 1950 é iniciado um movimento de ampliação profissional, ainda que em essência a perspectiva do positivismo histórico permaneça na prática e teoria arquivística.

Segundo Stapleton (1983), Schellenberg assumiu a responsabilidade do recém-criado Arquivo Nacional Americano, em 1935, responsável pela custódia de dez milhões de metros cúbicos de documentos, acumulados por um período de um século e meio.

A Segunda Guerra Mundial foi responsável não só nos Estados Unidos, mas no Reino Unido, Canadá e Austrália, entre outros países, por um aumento considerável na produção de documentos jurídico-administrativos de órgãos que foram extintos no pós-guerra, aumentando os depósitos dos Arquivos Públicos e Nacionais consideravelmente.

Cook complementa essa assertiva (1997 p.10, tradução nossa):

Quando os arquivos nacionais em Washington foram criados em 1934[1935], herdaram uma reserva impressionante de aproximadamente um milhão de metros de documentos federais, com uma taxa de crescimento de mais de sessenta mil metros anualmente. Em 1943, com a expansão do estado devido à Grande Depressão e à Segunda Guerra Mundial, o crescimento atingiu mais de 600 mil metros de documentos anualmente.

Esse fenômeno de sedimentação e ampliação, perceptível em uma série de países, sinalizava um novo horizonte teórico e prático para os arquivos, ainda que arraigado no núcleo do pensamento arquivístico americano, canadense, dentre outros. Hillary Jenkinson (1922 e 1949) começa a ser refutado, principalmente no que se relaciona à avaliação de documentos e à um papel mais ativo do arquivista em relação aos documentos que coleta e descreve. Já que era impossível, devido ao aumento do acervo, manter o controle e a integridade

de dos arquivos sem nenhum tipo de procedimento de avaliação e seleção, “a fina arte da destruição” (1962), como enuncia W.K. Lamb e nos livros publicados por Schellenberg durante as décadas de 1950 e 1960.

É um período de ampliação teórica e revisão das antigas posições em relação aos arquivos, Schellenberg, o arquivista mais conhecido desta perspectiva, segundo Ridener (2009), passa a ver os arquivos com uma ótica mais relacionada à gestão - que evidentemente amplia aspectos práticos e teóricos da área, mas cria vários problemas de cunho terminológico, profissional e de identidade, porém, inegavelmente, reconfigura as relações dialógicas da disciplina.

Por outro lado, em relação à realidade brasileira, Marques (2007, 2011), em sua extensa pesquisa a respeito do desenvolvimento teórico e histórico da arquivística no Brasil, chega a encontrar incentivos à formação de arquivistas no Brasil já na década de 1910.

Contudo, o movimento ainda é profundamente rudimentar e não formalizado. Nessa época inicia-se a criação de um curso eventual de Diplomática, que só será efetivamente formalizado com a criação do Curso Permanente de Arquivos (CPA) na década de 1960. A partir disso, há um aumento significativo de ações voltadas para

a organização de arquivos e uma difusão do conhecimento arquivístico.

A avaliação irá inaugurar um novo campo para o desenvolvimento de políticas e técnicas relacionadas à seleção e disposição dos documentos arquivísticos, expandindo as relações discursivas do arquivista para além do campo historiográfico e, a partir deste momento, a disciplina irá desdobrar-se e expandir-se, estabelecendo intersecções prático-teóricas, com uma gama institucional maior.

4 POR UMA TEORIA DOS ARQUIVOS: A ARQUIVÍSTICA PÓS-1980

As décadas de 1980 e 1990 representam um momento diferente para a Arquivística, na medida em que os documentos eletrônicos começam a tomar a cena e os arquivistas percebem a necessidade de revisão e redefinição das políticas e métodos aplicados aos documentos tradicionais e aos recém-criados documentos eletrônicos.

É perceptível na realidade documental norte-americana e europeia, uma diversificação e uma pluralização das obras voltadas não só para as questões relacionadas aos documentos eletrônicos, mas à revisão, ora sob uma ótica conservadora, ora sob uma ótica inovadora sobre o papel dos arquivistas, dos arquivos e da organização, avaliação e uso dos mesmos e o

aumento da profissionalização dos arquivistas (Nesmith, 2004 e Nesmith, 2013).

No cenário latino-americano, os anos 1980 e os anos 1990 representam o aparecimento e aumento de instituições arquivísticas, da profissionalização dos arquivistas e dos cursos universitários voltados ao ensino e pesquisa acerca da teoria e práticas arquivísticas.

No caso brasileiro, o desenvolvimento teórico da Arquivística caminha entre as tradições norte-americana e Europeia em maior ou menor grau dependendo época e do contexto em que se discute.

A Arquivística, enquanto área profissional e carreira universitária, foi deixada de lado, devido em grande parte às características antidemocráticas e autoritárias do governo brasileiro, como aponta Jardim (1995 e 1999) ao longo de sua bibliografia, que culminaram com uma falta de incentivo político e financeiro.

Pode-se dizer que o desenvolvimento teórico da arquivística brasileira acontece em ondas, a maioria delas provocadas por políticas ou incentivos advindos do Arquivo Nacional, especialmente em seu estágio inicial com a visita de pesquisadores internacionais, quer seja para a emissão de pareceres a respeito da situação dos acervos ou para ministrar cursos voltados para a teoria e a prática arquivística.

Nos últimos anos, entre 1995 – 2012, foi possível perceber uma aproximação com as correntes teóricas ao redor do globo, com a vinda de pesquisadores dos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra para proferir cursos, palestras e outras atividades acadêmicas ou estágios de professores/pesquisadores brasileiros em território canadense. Dentre os pesquisadores, podemos destacar Terry Cook, Tom Nesmith, Laura Millar, Terry Eastwood, Luciana Duranti, dentre outros pesquisadores advindos da teoria canadense e de outros países.

Assim, a respeito das décadas de 1980 e 1990, é possível dizer que foi época da institucionalização dos arquivistas enquanto profissionais especializados e dos arquivos enquanto instituições culturais e de gestão.

O momento econômico e político do país tem um reflexo profundo nessas mudanças ocorridas nos últimos 20 anos, uma vez que, o acesso e uso dos documentos públicos, fazem parte de uma sociedade que, em princípio, se estabelece como democrática.

Os anos 1980 no Canadá foram anos marcados pela reconfiguração, revisão conceitual e a descentralização administrativa e institucional e também pelo estabelecimento dos primeiros cursos universitários voltados à Arquivística.

Porém, foi um momento de crise. Se o percurso da arquivística foi até aqui, especialmente no caso canadense, fundamentalmente positivo e calcado em uma visão de crescimento e de um projeto subsidiado à história e administração, a década de 1980 foi a época da revisão e da reconstrução de paradigmas e, um dos grandes responsáveis por isso dentre outros autores, foi Hugh Taylor.

Os anos 1980 representam na realidade norte-americana, o início de uma crise profissional e teórica, conforme os documentos eletrônicos iniciam um processo de mudança na produção de documentos e na realidade das organizações.

Como bem coloca Bearman (1989, p.55, tradução nossa) "Ocasionalmente uma revolução introduz novas formas de comunicação, e com elas novas definições do conteúdo informacional que elas cobrem".

Também é um momento de rearranjo, não só de relação dos arquivos e a administração, mas também um momento de rearranjo da sua relação com a história. A realidade da historiografia já não era a mesma daquela, presente nas décadas de 1960 e 1970 e isso levava a uma intensificação desta crise.

Hugh Taylor irá buscar em seu trabalho reconhecer padrões e buscar, dentre outras coisas, uma integração maior e mais

dinâmica entre a gestão de arquivos e os arquivos histórico-culturais, ele vê problemas graves na gestão de documentos.

“O sistema lida admiravelmente bem com a 'limpeza doméstica' e operacionalização dos documentos no nível da série, mas falha em controlar a correspondência dos altos níveis da administração[...]” (TAYLOR, 1984, p.28, tradução nossa).

A sua perspectiva tinha por trás os estudos de McLuhan o filósofo canadense da comunicação, que irá influenciá-lo em seu entendimento a respeito do conceito de informação.

Taylor (1984) irá apontar também que seria necessária uma maior aproximação entre os arquivistas e outros profissionais que trabalham com a aquisição e disseminação de documentos, citando bibliotecários e especialistas em informação, destacando que o foco das ciências humanas, sociais, artes, ou seja, a gama de usuários que só se diversifica e amplia, não é mais nos documentos históricos em si mesmos, mas a herança cultural multimídia.

Sua posição é crítica e ampliadora, busca desmitificar preceitos preestabelecidos nas décadas anteriores e encarar a incipiência dos modelos de avaliação e descrição "nossos inventários que mal arranham a superfície das valiosas e recuperáveis informações em nossa custódia." (TAYLOR, 1984, p.30, tradução nossa).

Assim, Taylor irá desencadear a partir da década de 1980 um novo movimento de revisão e redefinição e um rearranjo mais crítico das práticas arquivísticas.

Taylor (1984 e 1993) sugere que não existe separação entre os documentos "correntes" e "arquivísticos", e que existe a necessidade de treinamento e integração entre ambos, na medida em que os departamentos e usuários gerais dos arquivos precisam compreender o sistema como um todo, o que ele chama de uma visão ecológica dos arquivos e da informação arquivística.

Para o autor (Taylor, 1993, p.210, tradução nossa) "Enquanto o século XIX foi o centro da redescoberta da história como a conhecemos e os velhos guardiões de documentos provinham à maioria das fontes materiais, o século XX é o da redescoberta da complexidade da informação".

Porém, Taylor (1993, p.210, tradução nossa) pondera, o arquivista deve seguir seu próprio caminho e não cair no mundo dos cientistas da informação "Nos devemos ser cuidadosos com a sirene do hipertexto nos atraindo aos recifes da proveniência perdida".

Sua posição é buscar relações com outras profissões, mas manter a independência teórica da arquivística, que, de um lado têm-se os cientistas da informação que se encontravam em ascensão nos Esta-

dos Unidos na década de 1990, do outro existiam os profissionais da cultura material, tão importantes para a realidade arquivística como a aplicação a ligação com bases de dados e hipertextos.

Na medida em que a ACA (*Association of Canadian Archivists*) apresenta-se como uma associação profissional e uma sociedade científica voltada aos estudos dos arquivos, inicia-se também o processo de separação entre os arquivistas e os historiadores, uma vez que no Canadá, em um contraponto com o Brasil, manteve por décadas uma relação direta com os historiadores e o campo historiográfico.

Essa percepção é possível ao longo da obra da Taylor (1984, 1988 e 1993) e outros, como Eastwood (1985). O estudo da história deixa de ser obrigatório e passa a ser desejável, a relação com o documento arquivístico passa a ser vista como distinta, de um lado o historiador, voltado ao estudo de relações entre os documentos, buscando refletir sobre o passado no presente, do outro, o arquivista, responsável por facilitar o acesso, avaliar e descrevê-los, não só para os historiadores, mas para a sociedade.

Taylor (1984), apesar de não defender o que ele chama de "profissionalização" do arquivista, com um profissional independente e fechado em si mesmo ele defende que, cada vez mais, a abordagem histórica dos arquivos parece ser mais res-

tritativa, o que causa problemas para avaliação e descrição, que deve contar com uma gama maior de conteúdos para a sua elaboração. Uma abordagem mista entre o universo da gestão e o universo historiográfico.

Os anos de 1980 e 1990 representam, realmente, uma mudança de foco da arquivística no Canadá. Começam a existir divergências e diferentes profissionais vão buscar novas maneiras de tratar e dar acesso aos documentos.

Ainda é, também, uma época do aumento do débito federal e a partir de 1985, o repasse de recursos ao Arquivo Público⁴ começa a ficar escasso, Millar (1998) e Taylor (1984).

Os *arquivos totais*, política que permaneceu na prática arquivística canadense durante os anos 1970 início de 1980, como política de aquisição de documentos, deixará de ser o fundamento básico conforme sua aplicação demandava uma quantidade razoável de recursos humanos e financeiros. Isso pode ser constatado quando o *Canadian Council of Archives* criado em 1985, como parte da iniciativa de cons-

⁴ Na atualidade *Library and Archives Canada* é uma instituição federal, adquirido, preservando e dando acesso ao patrimônio cultural canadense, combinando o Arquivo Público do Canadá (fundado em 1972, renomeado Arquivos Nacionais Canadenses em 1987 e a Biblioteca Nacional (fundada em 1953). Ver em LIBRARY AND ARCHIVES CANADA. << <http://www.collectionscanada.gc.ca/index-e.html> >> Acesso em 20 de Março de 2013

trução de uma rede de cooperação entre o Arquivo Público e os Arquivos Provinciais, criando comitês e relatórios⁵ voltados a estabelecer parâmetros, buscando normalizar práticas de descrição dentre outras atividades. Nem chegam a citar a política, era o momento realmente de revisão e redefinição da prática, que leva a reflexos latentes na teoria arquivística durante as décadas de 1980 e 1990.

Millar (1998) irá dizer que a política nacional em arquivos passa dos Arquivos Totais, para a busca por um sistema nacional de arquivos que, de certa forma, levará a um desenvolvimento de políticas de maneira mais coordenada entre os arquivos públicos do país.

Essas mudanças estruturais e conceituais na prática arquivística canadense devem-se também ao fato do aumento irreversível da descentralização administrativa, levando a mudanças na forma em que as instituições públicas e privadas irão se constituir. Para Taylor (1993) a tendência era essa descentralização intensificar-se nas décadas seguintes.

É neste período, mais precisamente em 1986, que irá ser editada uma das primeiras normas internacionais para a descrição de documentos a RAD (*Rules for Archival Description*) que servirá como

uma das bases para a formulação da norma do ICA na década de 1990, aplicada na atualidade em uma série de países, inclusive no Brasil.

A partir dos anos 1980 e 1990 a teoria canadense bifurca-se e torna-se mais rica e complexa à medida que os fatores institucionais e organizacionais modificam-se.

O surgimento da *macroappraisal* como uma política de avaliação documental e a resignificação do conceito de proveniência, na realidade canadense e australiana, irão provocar mudanças profundas no cenário teórico e prático da disciplina. A Arquivística funcional ou pós-moderna, baseia-se nos estudos de Nesmith, Cook e Tylor. Segundo Cook (2005, p.111, tradução nossa):

Em um resumo de uma sentença a *macroappraisal* refere-se ao valor social de ambos os contextos funcionais e estruturais e a cultura organizacional em que os documentos são criados e usados por seus criadores e a relação entre os cidadãos grupos, organizações – ‘o público’ – desse contexto estrutural e funcional.

A avaliação é entendida como uma política contextualizada pelo seu valor social: “*Macroappraisal* envolve uma teoria para determinar o valor dos documentos e uma nova prática de criar (estratégia, metodologia e critérios) para implementar a avaliação, que determina o valor” (COOK, 2005 p.112, tradução nossa).

⁵Ver em CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES: <<<http://www.cdncouncilarchives.ca/intro.html>>> Acesso em 20 de Janeiro de 2013

A *macroappraisal* envolve a decomposição dos fundos documentais em funções e a triangulação da relação que estabelece entre o produtor de documentos, o cidadão e o que Cook, chama de *hospots*, que nada mais são que as áreas de conflito entre as esferas de valor que se estabelecem entre os cidadãos e a instituição documental.

É possível, baseando-se na trajetória descrita ao longo deste artigo, que a Arquivística em seu percurso histórico e conceitual tenha se filiado a um conjunto conceitual e profissional diverso a fim de buscar responder as demandas sociais e institucionais.

Passou de um estágio embrionário relacionado ao positivismo histórico do século XIX e tem buscado partir dos últimos 30 anos, deixá-lo no passado e se relacionar com a história e outras áreas de maneira menos subserviente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arquivística, ainda que uma área recente apresentou, durante seu estágio inicial e desenvolvimento posterior, um percurso contínuo de desenvolvimento, na medida em que ocorriam mudanças institucionais e sociais.

Esta aceção é perceptível a partir da realidade canadense, que na década de 1980 teve mudanças paradigmáticas, uma

vez que, o campo entra em crise quer seja pela descentralização administrativa ou pela produção eletrônica de documentos.

Levando a rearranjos metodológicos e ao desenvolvimento de novas políticas, como no caso da *macroappraisal*, buscando uma ampliação teórico-prática que persevere de maneira mais eficiente documentos considerados fundamentais, relacionados aos os direitos e deveres fundamentais de uma determinada sociedade, sem cair na dicotomia reducionista dos valores primários/secundários.

Se em algum momento da história da área, a proveniência era compreendida de maneira restrita e o papel do arquivista resumia-se ao de guardião documental, hoje ainda que a "santidade" da prova paire sob algumas políticas e advindas de países Europeus, a realidade institucional altera a lógica de organização e de abordagem do arquivista frente a essas instituições.

A Arquivística ocupa uma posição privilegiada na atualidade, especialmente nos países emergentes e recentemente redemocratizados, como o Brasil e África do Sul, dentre outros, que podem, sob a égide do percurso recente da arquivística, apresentar novas maneiras de dar acesso e legitimar os direitos recentemente adquiridos por essas sociedades.

Apresentaram-se algumas considerações com um viés histórico a respeito do

percurso da Arquivística, considerando que esta é uma das características fundamentais da análise do discurso que pode contribuir, desvendar e demonstrar relações que se estabelecem entre área do saber e as posições ocupadas em uma determinada conjuntura.

Enquanto princípio metodológico, podemos focar em uma determinada instituição ou em uma determinada política, ou mesmo, em como um determinado grupo social e perceber o arquivista ou como o arquivista é representado na cultura popular.

Buscou-se aqui descrever de maneira panorâmica como os fenômenos ocorreram na teoria arquivística, especialmente

na realidade brasileira e canadense, representando universos, que, apesar de distintos apresentam uma crescente importância no cenário internacional.

Parafraseando Nesmith (2004), o retorno ao "arquivo" da própria arquivística é algo fundamental na medida em que se amplia e renova a relevância social e o conhecimento profissional, criticando-o e explorando-o.

O passado de como a Arquivística fundamentou-se, reitera a importância da profissão não só para a construção da identidade ou da memória de um determinado grupo ou nação, mas alerta sobre os percursos nem sempre tão claros da organização e teoria relacionada aos arquivos.

FOR THE ARCHEOLOGY OF ARCHIVAL SCIENCE: HISTORICAL ELEMENTS OF ITS CONSTITUTION

ABSTRACT

The Archival Science field has experienced in the past 30 years profound changes in its practical and theoretical universe. These changes as well as those who established the discipline during the nineteenth century, and that the rearranged in the 1950s. Were fundamental to the current field stage. We seek with this article describe historical elements of the Archival Science in order to demarcate discursive and conceptual aspects of the field. We cover Archival Science aspects through analysis, sometimes historical, sometimes discursive by key authors responsible in the first instance by the enunciation of archival theory and methodology and as part of a second phase, we discuss about the expansion and multiplicity of the latest archival theory exploring the Brazilian universe, representing a more recent territory of theoretical and professional development and the Canadian universe, representing an place with more consolidated theoretical discussion and practical application of the policies established post-1980.

Keywords: Discourse Analysis. Archival Science History. Epistemology.

Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 6-28, jul./dez., 2014

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BRANDÃO, N.H.H. **Introdução à análise do discurso**. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993

BARONAS, R. L. **Ensaio em análise do discurso: questões analítico-teóricas**. São Carlos: EdUFScar, 2011

BEARMAN, D. **Automated systems for archives and museums** : acquisition and implementation Pittsburgh: Archives & Museum Informatics, 1989.

CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES: Disponível em:
<<http://www.cdncouncilarchives.ca/intro.html>> Acesso em 20 jan. 2013.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 500

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, v. 43, p. 18-63, Spring 1997.

_____. Macroappraisal in theory and practice: origins, characteristics, and implementation in Canada, 1950-2000 **Archival Science** v. 2, n. 5, p. 101-161, 2005.

DOSSE, F. **História do estruturalismo**. Campinas: Ed da Unicamp, 1.v, 1993.

_____. **História do estruturalismo**. Campinas: Ed da Unicamp, 2.v, 1994.

_____. **A História a prova do tempo**: da História de migalhas ao resgates dos sentidos. São Paulo, Ed. da UNESP, 2001.

EASTWOOD, T. Going nowhere in particular: the association of Canadian archivists ten years after. **Archivaria**, n.21, p.186-90, Winter 1985.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **A arqueologia do saber**. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOBBSAWM, E.J. **A revolução francesa**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2008.

HORSMAN, P., KETELAAR, E & THOMASSEN, T. New respect for the old order: the context of the dutch manual. **American Archivist**. n. 66, p.249-270, Winter/Spring 2003.

JARDIM, J.M. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: Ed. da UFF, 1995.

JARDIM, J.M.; FONSECA, O.M. **A Formação do arquivista no Brasil**. Niterói: Ed. da UFF, 1999.

JENKINSON, H. **Selected writings of Sir Hilary Jenkinson**. Gloucester: Alan Sutton, [1949] 1980.

_____. **A manual of archive administration**: including the problems of war archives and archive making. Oxford: The Clarendon Press, 1922.

LAMB, W. Kaye The Fine Art of Destruction. In: Albert Hollaender, ed., **Essays in Memory of Sir Hilary Jenkinson**: Chicago, 1962 ok

LIBRARY AND ARCHIVES CANADA. Disponível em: <<http://www.collectionscanada.gc.ca/index-e.html>> Acesso em: 20 Mar. 2013.

MARQUES, A.A.C. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

_____. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado) - Programa De Pós-graduação Em Ciência da informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MALDIDIER, D. Elementos para uma História da Análise do discurso na França. In: ORLANDI, In: ORLANDI, E.P. **Gestos de Leitura**: da História no discurso. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. Cap.1, p.15-28.

MILLAR, L. Discharging our debt: the evolution of the total archives concept in English Canada **Archivaria** n. 46, p. 103-46, Fall 1998.

NESMITH, T. What's History Got to Do With It?: Reconsidering the Place of Historical Knowledge in Archival Work, **Archivaria**, v. 57, p. 1-27, Spring 2004.

_____. *The Foundation of ACA*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <xxxxxx@shaw.ca>. em: 10 jan. 2013.

ORLANDI, P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. **Discurso**: Estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2008.

_____; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997e, p.163-252.

RIDENER, J. **From polders to postmodernism**: a concise history of archival theory. Litwin Books: Duluth, 2009.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. Tradução Nilza Teixeira Soares. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

STAPLERTON, R. Jenkinson and Schellenberg: Comparison, **Archivaria**. n.17, p. 65-85, fall 1983.

STRATHERN, P. **Foucault**: philosophy in an hour. Harper press: London, 2000. Kiddle Edition.

TAYLOR, H. Information ecology and the archives of the 1980s. **Archivaria**, n.18, p. 25-37, Summer 1984.

_____. My very act and deed: some reflections on the role of textual records in the conduct of affairs. **American Archivist**, v.51, n.4, p. 456-69, Fall 1988.

_____. Recycling the future: the archivist in the age of ecology. **Archivaria**, n. 35, p. 203-13, Spring 1993.

Trabalho recebido em: 15 jul. 2014

Trabalho aceito em: 23 out. 2014
